

**PARECER JURÍDICO Nº 293/2026**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. SERVIÇOS DE LOCAÇÃO. LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICO-FORMAL DA FASE PREPARATÓRIA. REGULARIDADE. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO CERTAME. RESPONSABILIDADE DOS SETORES COMPETENTES QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO. PARECER OPINATIVO.**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 318/2026**, na qual se solicita parecer jurídico quanto à análise de **abertura de processo licitatório nº 047/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 019/2026**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço por lote**, destinado a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores com manutenção preventiva, corretiva e seguro, para atender às demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Cataguases/MG.

Constam dos autos para instrução do feito, o edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026, a CI nº 077/2026, Declaração do Setor Requisitante, o Termo de Referência, as Solicitações de Compras, os Documentos de Formalização da Demanda, bem como o Estudo Técnico Preliminar e o Relatório de Cotações, tendo sido apurado valor estimado global de R\$1.922.984,88.

Registra-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza continuada e da possibilidade de contratações futuras e parceladas, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório. Passo à análise.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A presente manifestação jurídica insere-se no âmbito do controle prévio de legalidade da fase preparatória da licitação, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à análise dos aspectos jurídico-formais constantes dos autos, sem adentrar no mérito administrativo, cuja apreciação compete à autoridade competente.

No caso em exame, verifica-se que a Administração optou pela adoção da modalidade pregão eletrônico, sob o sistema de registro de preços, para a prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores com manutenção preventiva, corretiva e seguro, classificados como serviços comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme expressamente indicado no Termo de Referência, o que, em princípio, se mostra juridicamente adequado.

Observa-se que o procedimento encontra-se instruído com Estudo Técnico Preliminar apto a demonstrar a viabilidade da contratação, destacando a necessidade permanente de assegurar suporte logístico eficiente as atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias da Prefeitura, as quais demandam deslocamentos contínuos para o cumprimento de suas atribuições institucionais.

Ademais, a atual estrutura de frota própria mostra-se insuficiente, onerosa ou inadequada para atender integralmente as demandas existentes, seja em razão de desgaste natural dos veículos, custos elevados de manutenção, obsolescência, indisponibilidade por reparos ou limitação quantitativa frente as necessidades crescentes da Administração.

No tocante ao Termo de Referência, verifica-se a adequada delimitação do objeto, consistente na contratação de empresa para prestação de serviços de locação mensal de veículos automotores, com manutenção preventiva, corretiva e cobertura securitária, bem como a definição clara das especificações técnicas mínimas dos veículos, das condições de execução, dos critérios de aceitação e dos requisitos de habilitação e qualificação técnica. Tais elementos mostram-se compatíveis com a natureza do objeto e suficientes para assegurar a adequada execução contratual, garantindo padrões mínimos de qualidade, segurança, disponibilidade e continuidade dos serviços prestados à Administração.

Ademais, a adoção do critério de julgamento por lote único encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência, em razão da necessidade de padronização, eficiência operacional e facilitação da gestão contratual, não se evidenciando, em análise preliminar, restrição indevida à competitividade. Verifica-se, ainda, a previsão de critérios de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à pesquisa de preços, constata-se a realização de levantamento de mercado mediante consulta a múltiplos fornecedores, com apresentação de justificativa acerca da escolha dos parâmetros utilizados, evidenciando, em princípio, consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 quanto à formação do valor estimado da contratação.

No que concerne ao edital, observa-se que foram estabelecidas as regras de participação, critérios de julgamento pelo menor preço por lote, condições de habilitação, bem como previsão de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação aplicável.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos, inclusive no que se refere à pesquisa de preços e à definição do objeto, são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se verdadeiras e adequadas para fins da presente análise jurídica, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

No que se refere à dotação orçamentária, tratando-se de Sistema de Registro de Preços, sua indicação específica não se mostra necessária neste momento, devendo ser exigida quando da formalização de cada contratação decorrente da ata, mediante emissão do respectivo empenho, sem prejuízo da necessária observância da existência de disponibilidade orçamentária estimada, nos termos do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, **opina-se pela possibilidade jurídica de abertura do Processo Licitatório nº 047/2026**, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, por se encontrar, em análise formal, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se verdadeiras e adequadas para fins da presente análise jurídica, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

Registra-se, ainda, que eventuais apontamentos consignados nesta manifestação possuem caráter meramente orientativo e preventivo, não constituindo condicionantes ao prosseguimento do feito, nem ensejando, por si só, o retorno dos autos para nova análise jurídica, destinando-se à mitigação de riscos na execução contratual e em eventual controle externo.

Por fim, destaca-se que o presente parecer possui natureza opinativa, cabendo à autoridade competente a decisão quanto à conveniência e oportunidade da prática do ato administrativo.

É o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 24 (vinte e quatro) de abril de 2026.

**MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS**  
**Procuradora Jurídica do Município**  
**OAB/MG 194.377**